

**GT – Avaliação da Educação no Contexto Ibero-americano**

**A QUALIDADE COMO QUESTÃO CENTRAL DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

**LA CALIDAD COMO EL TEMA CENTRAL DE LOS SISTEMAS DE EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN**

**Carolina Lemos<sup>1</sup>; UFSM; Santa Maria; RS; Brasil**  
**Joceane Machado<sup>2</sup>; UFSM; Santa Maria; RS; Brasil**

**Modalidade da apresentação: Comunicação no GT**

**Resumo:** No presente trabalho, objetiva-se apresentar e refletir sobre as características e peculiaridades do sistema de avaliação nacional brasileiro na busca da qualidade da educação básica e superior. É importante lembrar que a avaliação da qualidade é um processo que migrou da esfera econômica e administrativa para a educativa e não foram tomadas as cautelas epistemológicas necessárias na avaliação da educação. No decorrer do texto apresenta os instrumentos de avaliação utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil. A construção de um sistema avaliativo complexo com informações relevantes a respeito do desempenho estudantil e do contextos escolares, de forma que é necessário ponderar o processo utilizado para medi-la. A utilização dos resultados das avaliações, pois é possível utilizá-los tanto como norteadores no aprimoramento das políticas educacionais, rumo à universalização da qualidade do ensino, como incorrer numa simplificação do significado da qualidade de ensino, vertendo para uma lógica meritocrática e, conseqüentemente, competitiva entre as unidades e redes de ensino.

**Palavras-chave:** Educação; Avaliação; Qualidade.

**Resumen:** El presente estudio tiene como objetivo presentar y reflexionar sobre las características y peculiaridades del sistema de evaluación nacional de Brasil en busca de la calidad de la educación básica y superior. Es importante recordar que la evaluación de la calidad es un proceso que ha migrado desde el económico y administrativo de las precauciones educativos y epistemológicas no se tuvieron necesaria en la evaluación de la educación. A lo largo del texto se presentan las herramientas de evaluación utilizados por el Ministerio de Educación (MEC) en Brasil. La construcción de un sistema de evaluación complejo con información relevante sobre el rendimiento de los estudiantes y los contextos escolares, por lo que es necesario tener en cuenta el proceso utilizado para medirla. El uso de resultados de la evaluación, es posible utilizarlos tanto como guías en la mejora de las políticas educativas hacia la educación universal de calidad, pero incurrir en una simplificación de la calidad de la educación significado, verter en una lógica meritocrática y, en consecuencia, competencia entre las unidades y las redes de educación.

**Palabras-clave:** Educación; evaluación; Calidad.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – UFSM. lemos.carool@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós graduanda do Curso de Especialização em Gestão Educacional – UFSM. jo.ramone@gmail.com



## 1 INTRODUÇÃO

O sistema de avaliação brasileiro foi se ampliando e se tornando complexo desde o fim da década de 1980 até o presente momento. Para Castro (2009, p.5) “inúmeras iniciativas deram forma a um robusto e eficiente sistema de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, consolidando uma efetiva política de avaliação educacional”. Atualmente, todas as etapas e níveis de ensino, exceto a educação infantil, sofrem avaliação padronizada, organizada e centralizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

A avaliação no sentido de melhorar a qualidade desenvolveu-se nos meandros da economia e da finança, e a ela não será estranha à necessidade de medir em termos econômicos a rentabilidade do investimento aplicado. Naturalmente, assim como investimento é algo que acontece em toda a atividade econômica do produto material, a avaliação da qualidade tornou-se numa prática “rotineira” e obrigatória na atividade produtiva. Para Gatti (2007)

[..]as avaliações do sistema educacional no Brasil, em sua divulgação mais ampla, têm se centrado no rendimento escolar, de tal forma que a representação sobre qualidade da educação na nossa sociedade tem sido reducionista, traduzindo-se em desempenhos nas provas aplicadas pelos diferentes modelos praticados.”(GATTI,2007, p.2)

A realização de avaliações em larga escala para Castro (2009, p.6) com o objetivo “de conhecer melhor a dinâmica dos processos e resultados dos sistemas educacionais tem se tornado uma constante em países de diferentes culturas e distintas orientações ideológicas de governo”. Independente dos motivos/objetivos que levam à criação de sistemas de avaliação, há uma concordância comum quanto ao seu importante papel como instrumento de melhoria da qualidade da educação.

No Brasil, segundo Fernandes e Gremaud (2009) um dos principais riscos de um programa de prestação de contas, da forma que acontece e se faz necessário um resultado do investimento em educação, baseado apenas em exames padronizados, é o de contribuir para agravar o já dramático quadro de repetência escolar.



Ao falarmos de “qualidade em” implica sabermos, perfeitamente, o que se entende por qualidade, pois o modo como entendemos esse conceito condiciona a forma de “medir” e, portanto, de “avaliar” a sua concretização no terreno. Não faz sentido falar-se em “qualidade” se não possuímos um conjunto de instrumentos que permita medi-la e, naturalmente, um referente. Quando se mede algo é, necessariamente, para enveredar num processo comparativo.

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a utilização das avaliações padronizadas em larga escala no contexto educacional, aplicadas pelo Ministério da Educação (MEC) na busca da qualidade em educação.

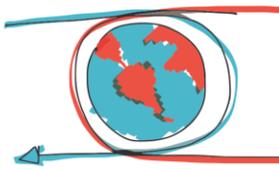
## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como textos base na discussão da temática, utilizamos um capítulo de livro e dois artigos. São eles: “Formatos de avaliação e suas concepções” com autoria de Denise Leite; “Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas” de Reynaldo Fernandes e Amaury Gremaud; “Avaliação e qualidade da educação” de Bernardete Gatti; e “Sistemas De Avaliação Da Educação No Brasil: avanços e novos desafios” de Maria Helena Guimarães de Castro.

## 3 METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolveu-se a partir da metodologia qualitativa, do tipo bibliográfica, como método de coleta e reflexão da temática. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A autora Leite (2005) faz uma distinção entre avaliação educacional ou da aprendizagem, de avaliação institucional ou de políticas públicas, sendo ambas as avaliações da área da educação.



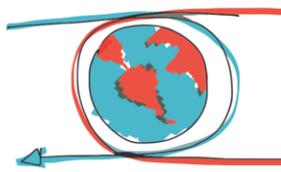
[...] a avaliação educacional preocupa-se com a aprendizagem de sujeitos, de grupos “submetidos a processos ou situações com vistas à aquisição de novo conhecimento, habilidade ou atitude; refere-se assim à análise de desempenho de indivíduos ou grupos, seja após uma situação de aprendizagem ou, regularmente, no exercício de uma atividade, em geral, profissional”. [...] A avaliação institucional ou de políticas públicas, como diz o nome, dedica-se a avaliar a instituição como um todo ou as políticas públicas em seu caráter global contextualizado.[...] A avaliação institucional refere-se a um projeto que permite balanço dos rumos da instituição em busca da qualidade”.(LEITE,2005,p.33)

Neste sentido, com a colocação da autora é possível compreender essa distinção, e constatar que ambas são importantes para avaliação da educação, que tem por objetivo uma comparação e classificação dos objetos, instituições ou programas.

É importante salientar que a política de avaliação atualmente utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) engloba: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Prova Brasil; Provinha Brasil, Prova Ana; Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); PISA; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e Censo Escolar.

Um sistema de avaliação em larga escala pode prover informações estratégicas para aprofundar o debate sobre a situação educacional de um país, em todos os níveis da educação e produz informações que orientam as políticas educacionais em todos os níveis de ensino. E ainda, mostrar o que os alunos estão aprendendo, ou o que deveriam ter aprendido, em relação aos conteúdos e habilidades básicas estabelecidos no currículo. Porém, como a maioria dos currículos são extensos é necessário definir quais as aprendizagens devem ser consideradas fundamentais e asseguradas a todos os alunos, dessa forma, a maioria das avaliações delimita-se a avaliar os conteúdos das disciplinas de português e matemática.

Em relação a essas distintas avaliações, ao mesmo tempo em que se tornam indispensáveis para compreendermos o espaço educativo, percebe-se que existe certo distanciamento das escolas em organizar uma avaliação de suas instituições, que poderia ser considerada como uma forma de avaliar o comprometimento e



desenvolvimento das atividades no contexto escolar. Atualmente as avaliações ficam centradas em uma avaliação externa, no entanto se fossem organizadas pela escola, ocasionaria em reflexos positivos na melhoria da qualidade destas instituições. Pois quem melhor para compreender esses fenômenos, do que os próprios sujeitos envolvidos com a realidade educativa, e ainda, levando em consideração o contexto social ao qual estão inseridas estas instituições.

Dessa forma entendemos que se fazem necessárias as avaliações internas e externas, e ambas necessitam ser pensadas para rever o que consideram como qualidade da educação, e assim proporcionariam imensas contribuições nos avanços significativos, que se apresentam no contexto educativo. Não devendo avaliar por avaliar, mas sim a partir dos resultados dessas avaliações, organizar os rumos para as melhorias educacionais que seria o objetivo das avaliações.

O principal indicador utilizado para monitorar a qualidade da educação básica, segundo Fernandes e Gremaud (2009) é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). “O IDEB, que combina as notas da Prova Brasil/Saeb com as taxas de aprovação, visa coibir tanto a reprovação indiscriminada como a prática de aprovar alunos que nada aprenderam” (2009,p.1). Ele foi pensado como um condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino. Porém, nem sempre é o que podemos observar em sua atual projeção com os resultados obtidos pelas avaliações. O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira, contribuir com a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica.

A Prova Brasil é um teste aplicado no quinto e nono anos (quarta e oitava séries) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de



língua portuguesa, com foco em leitura, e de matemática, com foco na resolução de problemas, de forma que muitos críticos consideram limitadas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho. É importante salientar que tanto a Prova Brasil quanto o SAEB são avaliações com adesão voluntária por parte das Secretarias de Educação.

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do ensino fundamental, é uma avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização em língua portuguesa e matemática. A intenção é oferecer aos professores e gestores escolares um instrumento que permita acompanhar, avaliar e melhorar a qualidade da alfabetização e do letramento inicial oferecidos às crianças, sendo aplicada duas vezes ao ano (no início e no final).

A Prova Ana, é a avaliação nacional da alfabetização, que envolve os alunos do terceiro ano do ensino fundamental, e tem como principal objetivo, avaliar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa e alfabetização matemática e condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. A Ana, foi incorporada ao Saeb pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, sua realização é anualmente.

O Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Alunos – é uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências. O objetivo principal do Pisa é produzir indicadores que contribuam, dentro e fora dos países participantes, para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação. Essa participação tem o intuito de situar o desempenho dos alunos brasileiros no contexto da realidade educacional internacional, além de possibilitar o acompanhamento das discussões sobre as áreas de conhecimento avaliadas pelo Pisa em fóruns internacionais de especialistas.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica,



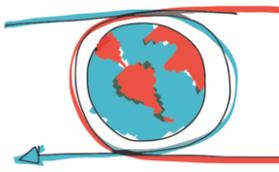
buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni .

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pelo MEC em abril de 2004. é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

E, o ultimo instrumento de avaliação salientado é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). O Encceja constitui-se em um exame para aferição de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros.

A partir dos indicadores de avaliação, percebemos que eles estão sendo ferramentas para subsidiar o processo de conhecer as escolas, e por elas darem “mais retorno às escolas, pois além de dar diagnóstico da qualidade, sinaliza quais pontos mais vulneráveis que deveriam ser atacados. Essa convergência, não tende a ocorrer na prática.” (FERNANDES;GREMAUD, 2003, p. 2). Assim sendo, ocorre uma dualidade das avaliações em grande escala, e as reais necessidades que a escola busca com a qualidade pretendida, o contexto envolvido nesse processo educativo.

Nesse caso, para que de fato se alcance a qualidade na educação através das avaliações, e dessa forma proporcione relações positivas com os resultados,



concordamos com Gatti (2007) que "para essa qualidade se mostrar melhor atendida, algumas políticas e ações públicas precisam ser revistas, e iniciativas concretas em relação ao currículo em sala de aula se mostram necessárias" (GATTI, 2007, p.4). Então não basta apenas avaliar, e nem tão pouco defender a ideia de que a forma como as avaliações estão sendo aplicadas darão subsídios suficientes para a qualidade na educação avançar. Assim, se mostra necessário revisar algumas políticas para darem sentido aos resultados obtidos nas avaliações educacionais.

Ainda nessa discussão, concordamos com os autores, de que, as avaliações estão muita vezes centradas em aspectos que visibilizam apenas os aprendizados e habilidades referentes a leitura, escrita e matemática, não focando em outros aspectos que seriam essenciais no desenvolvimento do educando, como aqueles que valorizam a bagagem cultural dos alunos, dando ênfase as aprendizagens significativas. "[..] ignoram aspectos fundamentais como, por exemplo, ética, responsabilidade social, preservação ambiental e diversas habilidades não cognitivas que seriam importantes para a formação dos estudantes" (FERNANDES; GREMAUD, 2009, p.3).

É preciso reconhecer que todas as medidas utilizadas em avaliações educacionais são imperfeitas, por não levarem em conta todos os aspectos que se gostaria de considerar e por medir com erros (sistemáticos e/ou aleatórios) e os aspectos que elas se propõem avaliar. As avaliações educacionais podem ser vistas como um caso particular das avaliações de programas e/ou políticas e, deste modo, estão relacionadas à ideia de resultados. Independente do contexto em que elas estão inseridas e de seus objetivos, as avaliações educacionais ou buscam aferir resultados passados ou inferir resultados futuros. Em tese, para Gatti (2007)

[...]estes dados deveriam subsidiar políticas de melhoria da educação escolar e ajudar a balizar as atividades de ensino nas escolas. Porém, pelos dados sucessivamente obtidos, o desempenho escolar dos alunos continua abaixo do que se poderia esperar, em alguns casos piorou."(GATTI, 2007, p. 1)

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A expansão do acesso à educação básica vem ocorrendo sem que seja acompanhada de ações que garantam a efetiva qualidade do ensino. Não há dúvidas de que a universalização do acesso à educação traria como consequência uma maior diversificação no nível de desempenho dos novos alunos, a maioria oriunda das camadas socioeconomicamente desfavorecidas e das regiões mais carentes do país

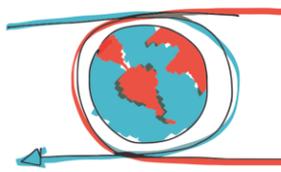
Em relação as características usualmente presentes nos procedimentos de avaliação adotados, destacam-se a ênfase nos produtos ou resultados; a atribuição de mérito a alunos, instituições ou redes de ensino; dados de desempenho escalonados, resultando em classificação; dados predominantemente quantitativos; e destaque a avaliação externa, não articulada à auto avaliação. Assim, a avaliação pautada em tais características, tem servido para viabilizar uma lógica de gerenciamento da educação, gerando a competição.

Podemos assim observar algumas limitações no processo avaliativo, pois ficam quase sempre centrados em seu produto final, nos resultados quantitativos, seja pelas aprovações, acesso a educação, e minimamente refletem os resultados qualitativos, que dariam ênfase para melhor a qualidade da educação oferecida nas instituições de ensino. Pois, a qualidade na educação se dá de forma a compreender as especificidades e realidades de nosso sistema educativo, compreendendo que não há uma única avaliação seria capaz de retratar a realidade educativa.

Para Gatti (2007,p.5),

[...]fazemos uma avaliação pontual de conhecimentos adquiridos, segundo um dado padrão, e em relação a conteúdos pré-selecionados.[...]Estes têm sido definidos "por aproximação", por especialistas, e condensados em matrizes cuja validade concreta não está bem estabelecida".(GATTI, 2007, p.5)

Na verdade, esses processos avaliativos acabam por apontar fortemente para a necessidade de uma ampla discussão sobre o currículo escolar na educação básica, na busca de melhor orientação de gestores, escolas e professores sobre os conteúdos principais esperados que a escola trabalhe com os alunos. Aponta, também, para a necessidade de aperfeiçoamento do processo avaliativo, isto porque consideramos importante esse tipo de avaliação para definição, redefinição de políticas, propostas, atuação dos gestores em diferentes níveis, atuação das escolas



e dos professores, bem como para informação dos pais e da comunidade e suas possíveis atuações.

Os indicadores, da forma como foram pensados, estão sim, preocupados, a partir de sua avaliação a dar os rumos para a melhoria da qualidade, porém restritos a conteúdos que devem ser ensinados das disciplinas de português e matemática, para que os sujeitos possam ir “bem” nas avaliações, ficam limitadas muitas vezes a aprendizagens nem sempre significativas para o pleno desenvolvimento dos educandos. Lembrando que há uma competição em as instituições para obterem as melhores notas nas avaliações padronizadas elaboradas pelo INEP.

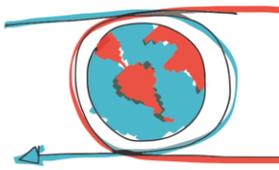
Assim, os dados estão aí, estão sendo oferecidos a partir das avaliações educacionais que ocorrem no Brasil, porém para Gatti (2007);

[...]as avaliações executadas tem trazidos dados para tanto, porém eles não têm sido suficientemente divulgados e discutidos, em integração com os resultados das provas, mantendo-se a visão de que a qualidade apenas associada ao rendimento escolar estrito." (GATTI, 2007 p.4).

Portanto, nos revela que gestores, professores, pais e todos os envolvidos com a realidade educativa, devem ter acesso aos dados, e com eles, possam discutir seus resultados, para poderem dessa forma, cobrar as mudanças e assim, as possíveis melhoras na qualidade, para quem de fato deve ser cobrado. E não ficar apenas na esfera, de saber o resultado, e dele não fazer absolutamente nada para a melhoria da realidade daquela instituição escolar.

É possível detectar, no contexto atual, que os resultados do sistema nacional de avaliação têm direcionado políticas educacionais a gerirem seus sistemas de ensino pautados na responsabilização individual dos alunos, dos professores e das escolas pelo seu baixo ou alto desempenho, desencadeando mecanismos de premiação diante dos resultados obtidos.

Acreditamos que as avaliações desempenham um papel fundamental, e atualmente desenvolvem uma função de diagnosticar e monitorar a qualidade do sistema educacional. E que se estas avaliações forem bem discutidas, e bem organizadas, não só por quem as cria e aplica, mas por quem está presente no contexto escola, poderá sim chegar a um desempenho positivo, para contribuir com a qualidade educativa de forma ampla.



## 5 REFERÊNCIAS

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: Avanços e novos desafios. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf)>. Acesso em: Setembro, 2016.

FERNANDES, R; GREMAUD, A. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas.** Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/reynaldo\\_paper.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/reynaldo_paper.pdf)>. Acesso em: maio, 2016.

GATTI, Bernadete. Avaliação e qualidade da educação. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/51.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/51.pdf)>. Acesso em: 10 de fev. 2016.

LEITE, Denise. Reformas Universitárias. Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. 141 págs. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/inov/docs/refrmasuniv\\_avaliainstpartic](http://www.ufrgs.br/inov/docs/refrmasuniv_avaliainstpartic)>. Acesso em: maio, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4° ed. p.43 e 44